



GT RSB 2019

Grupo de Trabalho para avaliação do
Relatório de Segurança de Barragens de 2019.

Ovídio J. Santos Jr., Coordenador, representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica;

Cristiane Collet Battiston, Relatora, representante do Ministério do Desenvolvimento Regional;

Jussara Cabral Cruz, representante das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;

Vicente de Paulo da Silva, representante das Organizações não Governamentais;

Daniel Alves Lima, representante do Ministério de Minas e Energia;

Felipe Gobet de Aguiar, Colaborador, representante das Organizações não Governamentais.

The background is a solid blue color. In the top-left corner, there are two white wavy lines that curve downwards and to the right. In the bottom-right corner, there are two white wavy lines that curve upwards and to the left, mirroring the shape of the lines in the top-left.

ITEMIZAÇÃO

ITEMIZAÇÃO INICIAL

1. Introdução
2. Análise (Resolução 144)
 - a) Estágio de Implementação da PNSB
 - i. Cadastro de barragens
 - ii. Enquadramento e classificação
 - iii. Ações dos empreendedores
 - iv. Plano de Ação de Emergência e Plano de Contingência
 - v. Órgãos fiscalizadores
 - vi. Principais acidentes e incidentes
 - vii. Alocação de Recursos pela União e pelos Estados
 - viii. Capacitação
 - ix. Acórdão TCU nº 257/2019
 - b) Rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão em Brumadinho/G e suas consequências
 - i. Brumadinho
 - ii. Moção CNRH nº 72, de 2019
 - iii. Níveis de Segurança
 - iv. Lei nº 14.066, de 2020
3. Conclusões
4. Recomendações para a melhoria da segurança de barragens

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

A implementação da PNSB segue avançando, sendo que, em 2019, o que mais chamou a atenção foi o incremento das equipes dos órgãos fiscalizadores, o número de fiscalizações e autuações realizadas e a oferta de capacitações, todos com potencial de continuar gerando impactos positivos no futuro.

Os avanços registrados em 2019, infelizmente, não decorreram apenas do processo natural, da consciência sobre a necessidade de atuação preventiva e do compromisso com a segurança de barragens. As ações promovidas foram fortemente influenciadas pelo rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão em Brumadinho/MG e pela Moção CNRH nº 72, de 2019, que mobilizaram as autoridades tomadoras de decisão, tanto em âmbito público quanto privado.

O caminho de implementação da PNSB ainda é longo e os desafios são muitos, por isso, a mobilização dos atores-chave deve ser mantida para se evitar a ocorrência de acidentes e não apenas reagir a eles, pois se esses atores-chave não tomarem as atitudes necessárias, ninguém tomará.

A lacuna de informações e conhecimento sobre as barragens brasileiras ainda é grande e merece muito empenho dos fiscalizadores. Para tanto, é fundamental que **aloquem equipes de tamanho adequado** ao desafio a ser enfrentado, o que demanda esforço próprio e apoio dos governos aos quais estão vinculados.

As capacidades técnica e operacional dos empreendedores e dos fiscalizadores precisam ser potencializadas. A oferta de cursos foi bastante ampliada em 2019, mas com relação à capacidade operacional algumas medidas precisam ser tomadas. Tanto fiscalizadores quanto empreendedores precisam ter os **recursos financeiros, humanos e tecnológicos adequados** à implementação da PNSB. Nesse sentido, as barragens de acumulação de água para usos múltiplos, geralmente dissociadas de qualquer mecanismo de recuperação de custos, são as que mais preocupam. Como o RSB 2019 destaca, para elas “o principal desafio é a manutenção básica das barragens”.

CONCLUSÕES

Outro registro importante é que efetiva e completa implementação dos instrumentos para as barragens enquadradas na PNSB **depende da existência de órgãos de proteção e defesa civil minimamente estruturados e atuantes.** Trabalhar pelo fortalecimento da política de proteção e defesa civil também é um assunto da pauta dos atores-chave da PNSB.

A sanção da Lei nº 14.066, de 2020, ampliou a importância da publicação e **revisão de regulamentos,** por parte dos fiscalizadores e do próprio CNRH. Para orientar a melhor aplicação da PNSB e favorecer a segurança jurídica, considera-se importante que esses regulamentos sejam bastante robustos e publicados tempestivamente. Ademais, é essencial que essas regulamentações **mantenham o espírito preventivo** que sempre norteou a PNSB. Nesse sentido, as ações de emergência e resgate devem ser bem planejadas e preparadas, mas não podem sobrepujar as atividades essenciais e necessárias **para garantir a integridade das estruturas do barramento.**

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

- que os **empreendedores** atuem com empenho na **garantia da integridade das estruturas** que compõem os seus barramentos e no cumprimento da PNSB, e que os fiscalizadores exijam esse cumprimento;
- que os **fiscalizadores** avancem, com a devida urgência, no **cadastramento das barragens** sob sua jurisdição, bem como no refinamento e na complementação dos dados cadastrados no SNISB;
- que os **governos municipais e entidades de assistência técnica e extensão rural** apoiem os órgãos fiscalizadores de barragens na **identificação e cadastramento de barragens existentes** em sua área de abrangência;
- que os **fiscalizadores** avaliem a **realização de chamamento público** dos empreendedores para o cadastramento e regularização de barragens e o fornecimento de informações;
- que os **fiscalizadores** que ainda não possuem as **equipes dimensionadas** adequadamente, continuem se empenhando nessa adequação, com o apoio dos governos a que estão vinculados;
- que os **fiscalizadores** avaliem a oportunidade e a tempestividade da aplicação do art. 18-B, da Lei nº 12.334, de 2010, e a possível contratação de **serviços de apoio às atividades fiscalizatórias**;

RECOMENDAÇÕES

- que os **fiscalizadores** fortaleçam sua **comunicação com** os empreendedores, a sociedade e os **órgãos de proteção e defesa civil**;
- que os **órgãos fiscalizadores SEMAD/MG e SEMAR/PI** providenciem a emissão dos regulamentos da Lei nº 12.334, de 2010;
- que os **governos** promovam soluções para a **sustentabilidade econômica das barragens públicas** de água para usos múltiplos;
- que os **governos federal, estaduais e distrital** avaliem junto aos órgãos de planejamento e orçamento a possibilidade de aplicação de **marcadores gerenciais para especificar gastos** de interesse da PNSB em seus orçamentos;
- que os **governos federal, estaduais e distrital** viabilizem a efetiva **implementação das Leis nº 12.608, de 10 de abril de 2012**, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC;
- que o **Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040** incorpore, sempre que couber, os conceitos de **gestão de riscos e a promoção da cultura de prevenção** de acidentes e de segurança de barragens;

RECOMENDAÇÕES

- que a **Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA** considere atualizar o conteúdo da **Resolução nº 145/2012**, de modo a considerar a inserção de gestão de riscos, prevenção e segurança de barragens nos "Planos de Recursos Hídricos", avaliando empreendimentos em cascatas e verificando os riscos a jusante de barramentos, de forma a contribuir com orientações aos **planos diretores de ocupação do solo e evitar novas ocupações em áreas de risco**;
- que a **CTSB** conclua e apresente ao plenário do CNRH as propostas de revisão das **Resoluções CNRH nº 143 e nº 144, de 2012**, e de diretrizes para a fiscalização;
- que a **CTSB** realize um mapeamento e uma programação para a **elaboração das demais regulamentações** necessárias à Lei nº 12.334, de 2010, no **âmbito das competências do CNRH**;
- que a **CTSB** realize processo de avaliação ex-post da PNSB e apresente propostas para aprimoramento da implementação dessa política, incluindo a **definição de metas e indicadores**.
- que a **CTSB** avalie opções para que as **experiências passadas retroalimentem o aprimoramento** dos processos e atividades relacionados à segurança de barragens e, também, a retomada da discussão sobre o **estabelecimento de instituição isenta e transparente para investigação de acidentes** com barragens;

RECOMENDAÇÕES

- que a CTSB busque incorporar os aprendizados e as experiências dos atores envolvidos nos rompimentos das barragens de rejeito de mineração em Mariana/MG e Brumadinho/MG no processo de aprimoramento das regulamentações da PNSB;

Obrigado!!!